

— *Sérgio Ferrari* —

TRIBUNAL MARÍTIMO

natureza e funções

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2017

Copyright © 2017 by Sérgio Ferrari

Categoria: Direito Marítimo

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rosane Abel

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

F375t

Ferrari, Sérgio

Tribunal marítimo : natureza e funções / Sérgio Ferrari. –
Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

224 p. ; 21 cm.

Bibliografia: p. 199-206.

ISBN 978-85-519-0172-4

1. Direito Marítimo. 2. Direito Constitucional. 3. Direito
Administrativo. 4. Tribunal Marítimo. I. Título.

CDD 343

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

1102 832

Sumário

Prefácio.....	XV
Introdução.....	1
I. A separação de poderes: órgãos, funções, jurisdição e tribunais administrativos	3
I.1. A Separação de Poderes: origem histórica e filosófica.....	3
I.2. A separação de funções e órgãos como modo de organização do Estado	12
I.3. A Separação de Poderes nas Constituições Brasileiras: idas e vindas à “tripartição”	15
I.4. A “Tripartição” e seus Equívocos Históricos: debates sobre o posicionamento do Ministério Público e dos Tribunais de Contas	21
I.5. Os Tribunais Administrativos: sua importância no Direito brasileiro, natureza de suas decisões e revisão pelo Poder Judiciário.....	28
II. O Tribunal Marítimo e a separação <u>orgânica</u> dos poderes: sua origem e lugar na ordem constitucional.....	39
II.1. Histórico e Evolução Normativa: do Decreto 20.829, em 1931, à Lei 2.180, de 1954, e as suas sucessivas reformas	39
II.2. As Constituições brasileiras e o Tribunal Marítimo: sua posição histórica na separação <u>orgânica</u> dos poderes	49
II.3. Posição atual do Tribunal Marítimo na Ordem Constitucional, sob a ótica da separação <u>orgânica</u> dos poderes.....	64
III. Funções do Tribunal Marítimo e natureza de suas decisões: sua posição na separação <u>funcional</u> dos poderes	67
III.1. Colocação do Problema.....	67
III.2. As Funções do TM na Visão da Doutrina Brasileira: uma análise crítica.....	67
III.3. Funções do Tribunal Marítimo: uma Proposta de Sistematização.....	79

III.3.1. Função registral	80
III.3.2. Função sancionatória.....	83
III.3.3. Função instrutória	91
III.3.4. Função arbitral.....	94
III.3.5. Outras funções administrativas não específicas.....	94
III.4. Conclusão deste Capítulo: o TM na divisão funcional do poder.....	95
IV. As funções do Tribunal Marítimo e o Poder Judiciário: valoração das decisões da corte do mar em juízo.....	99
IV.1. Objetivo deste Capítulo.....	99
IV.2. Função Registral	99
IV.2.1. Possibilidade e limites de sua revisão pelo Poder Judiciário.....	99
IV.2.2. Tribunal Marítimo, Cartório Marítimo e Cartórios de Notas: existe mesmo um conflito de competência?	101
IV.3. Função Sancionatória	116
IV.3.1. Possibilidade e limites de sua revisão pelo Poder Judiciário	116
IV.3.2. O devido processo legal no exercício da função sancionatória do TM.....	118
IV.3.3. Conclusão deste item: revisão ampla na teoria e rara na prática	122
IV.4. Função Instrutória	123
IV.4.1. Revisão ou Valoração das Decisões? Reflexão sobre uma falsa controvérsia	123
IV.4.2. Valoração das decisões do TM: panorama da doutrina brasileira	124
IV.4.3. Valoração das decisões do TM: panorama da jurisprudência.....	134
IV.4.4. Conclusão deste item: uma proposta de leitura dos arts. 18 e 19 da Lei 2.180/54 à luz dos princípios constitucionais ...	145
V. O Tribunal Marítimo e o Poder Judiciário: questões processuais	157
V.1. Objetivo deste Capítulo	157
V.2. Subsiste o recurso extraordinário das decisões do TM?	157

V.3. A suspensão do processo judicial, no novo CPC, enquanto não há decisão do TM	166
V.4. A decisão do TM como “título executivo” no novo CPC: leituras possíveis.....	176
Conclusão	191
Bibliografia	199